

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1011719-20.2017.8.26.0566
Classe - Assunto	Monitória - Cheque
Requerente:	Comércio de Materiais de Construção Ello Forte Ltda
Requerido:	Joao C. Soares - ME

COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ELLO FORTE LTDA ajuizou ação contra **JOAO C. SOARES - ME**, pedindo a constituição do título executivo judicial, caso desatendido o mandado monitório, no tocante à obrigação de pagar a importância atualizada de R\$ 4.465,80, atinente ao cheque emitido e não compensado.

Citado, o réu opôs embargos ao mandado, afirmando que, diante da ausência de reapresentação do cheque, a correção monetária deve incidir a partir da distribuição da ação e os juros moratórios, da data da citação.

A autora refutou tais alegações e pleiteou a condenação do réu por litigância de má-fé.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A autora é portadora de cheque emitido pelo réu, do valor de R\$ 2.352,00.

Houve admissão quanto à emissão do título de crédito.

No julgamento do Recurso Especial nº 1.556.834, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão (2ª Seção, j. 22.06.2016), o E. Superior Tribunal de Justiça fixou a seguinte tese, para efeito do art. 1.036 do CPC: *"Em qualquer ação utilizada pelo portador para cobrança de cheque, a correção monetária incide a partir da data de emissão estampada na cártula, e os juros de mora a contar da primeira apresentação à instituição financeira sacada ou câmara de compensação"*.

Portanto, descabe a tese apresentada pelo embargante, pois a incidência dos encargos moratórios não depende da reapresentação do título ao banco sacado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Por fim, deixo de condenar o embargante por litigância de má-fé, pois não praticou nenhuma das condutas previstas no art. 80 do Código de Processo Civil. Ressalta-se que a tese alegada nos embargos não está em desconformidade com o dever jurídico de lealdade processual, caracterizando apenas o exercício do seu direito de defesa.


Diante do exposto, rejeito os embargos e, em consequência, **acolho o pedido monitório**, julgando constituído o título executivo judicial em favor da autora, no tocante à obrigação do réu de pagar a importância de R\$ 2.352,00, com correção monetária desde 16.11.2013 e juros moratórios contados da data da primeira apresentação.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos da autora fixados por equidade em R\$ 800,00.

A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, pois defiro ao réu o benefício da gratuidade processual (art. 98, § 3º, do CPC).

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 14 de março de 2018.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA